



Apropriação de mídia e ativismo: por uma perspectiva histórica¹

Daniel M. L. Silva²

PPGC-FCS/UERJ

Resumo

A análise da apropriação e do uso de mídia por ativistas e movimentos sociais em uma dimensão histórica pode revelar os verdadeiros elementos inovadores, com o uso de novas tecnologias, e/ou as permanências que se estabelecem no processo, independente do contexto. Os casos tomados para estudo são a imprensa operária do início do século XX, majoritariamente anarquista, e o ativismo de mídia contemporâneo, considerando seu aspecto multifacetado. Esse artigo discute a seleção de ferramentas conceituais e metodológicas para essa análise que valorizem os aspectos cotidianos e subjetivos da apropriação e que não os insere dentro de esquemas macropolíticos predeterminados.

Palavras-chave

Ativismo de mídia; imprensa operária; mídia tática; apropriação de mídia; metodologia

Introdução

Na virada do século XIX para o XX no Brasil, encontramos uma forte presença de jornais operários como arma política. Hoje, recém chegados ao século XXI, podemos ver a Internet repleta de *sites*, *blogs*, comunidades virtuais e até jogos eletrônicos com a mesma função. Apropriar-se dos meios de comunicação disponíveis e usa-los a favor de seus ideais parece ser uma marca em certos movimentos sociais, há alguns anos.

No entanto, muita coisa mudou nesse intervalo de tempo. Desde o período de formação da classe operária e seus primeiros sindicatos no Brasil – quase sempre acompanhados de um jornal próprio –, ao uso das ferramentas de comunicação *hi-tech* de hoje para o ativismo de uma multidão de sujeitos e subjetividades, tantas mudanças ocorreram nos movimentos sociais, em suas estratégias e suas táticas que a insistência no uso de uma abordagem essencialmente mediada em movimentos que normalmente valorizam a ação direta torna-se intrigante.

Trazemos aqui apontamentos iniciais de uma pesquisa de mestrado que pretende evidenciar as diferenças mais notáveis do uso dos meios de comunicação por

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Tecnologias da Informação e da Comunicação.

² Mestrando em Comunicação na linha de pesquisa de Tecnologias da Comunicação, jornalista formado pela Facom/UFJF, e bolsista de Iniciação Científica nos Programas PIBIC/CNPq e BIC/UFJF. danielmlsilva@gmail.com



movimentos sociais em dois casos: na imprensa operária durante início do século XX, e no ativismo de mídia contemporâneo, ambos com enfoque em contextos brasileiros.

É notável, em uma primeira análise, que esses processos de apropriação de mídia estão envoltos por uma “cortina de fumaça” ideológica, que dificulta em muito determinar o que é um elemento do programa estratégico mais amplo determinado por esses agenciamentos ou realmente um elemento tático que “emerge” em um contexto sócio-político específico de culturas de mídia condizentes. Essa preocupação surge da motivação de nosso trabalho em compreender o processo de apropriação política a partir do prisma do cotidiano e da cultura. A escolha de movimentos sociais como objeto de análise foi feita por nos parecerem um raro elo entre a sociedade e as formações institucionais que não estão submetidas ao poder dominante, e por isso mesmo capaz de evidenciar sutilezas e diferenças em relação à massificação oficial, mas sem se perder em meio à multiplicidade de particularidades ao abordar a sociedade como um todo.

Neste artigo, nossa preocupação se volta para estabelecer critérios de fundamentação em ferramentas conceituais de análise teórica as quais garantam um grau satisfatório de adequação ao estudo do ativismo de mídia e de movimentos sociais, sem nos submeter às formações ideológicas dos mesmos; e à análise do processo de apropriação e uso dos veículos de comunicação por esses movimentos e em suas nuances.

Antes de focarmos nas ferramentas conceituais e na análise, contudo, é importante explicar melhor quais são os casos que buscamos abordar.

Imprensa operária

O século XX foi marcado pela ascensão e estabelecimento dos meios de comunicação de massa como um dos elementos mais marcantes na formação cultural do Brasil e do mundo. Da popularização e massificação da imprensa até a implementação da comunicação mediada por computadores, o uso de mídias como forma de transmitir informações e conhecimento para outras pessoas distantes no espaço ou no tempo sempre foi objeto de grande interesse social. Em alguns casos, esse interesse era simplesmente comercial, em outros, de disseminar cultura e entretenimento, e em determinados momentos, apostava-se na mídia como uma ferramenta de transmissão de idéias que pretendiam mudar o cenário da sociedade.

Desde a queda do Império e o conseqüente fim do monopólio da opinião pública, o crescimento da imprensa livre no Brasil esteve permeado de debates sobre a



república em formação e sobre o processo de modernização de um país ainda bastante atrasado em relação à Europa. Até então, a maior parte das mobilizações sociais ocorridas no Brasil estava ligada em certa medida às questões agrárias e da terra, em consonância com a estrutura de poder de um país essencialmente rural. No entanto, o período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX marca um relativamente rápido processo de industrialização que não pretendemos debater aqui.

O que importa sobre esse processo para nosso trabalho é a chegada de um grande contingente de mão-de-obra imigrante para essa indústria nascente - estima-se³ que 90% da força industrial nascente era composta de estrangeiros. Esses estrangeiros, principalmente italianos, portugueses e espanhóis, eram profundamente influenciados pelas idéias anarquistas pregadas por Kropotkin, Bakunin e mais tarde por Malatesta (as duas correntes mais marcantes do anarquismo no momento eram o anarco-sindicalismo e o anarco-comunismo). Os ideais marxistas sofreram uma resistência inicial, mas foram crescendo e, a partir da revolução russa, foram gradativamente assumindo a posição hegemônica, até então dos anarquistas.

Os “agitadores” estrangeiros, ao chegarem ao Brasil fundavam rapidamente um sindicato e um jornal respectivo em que criticavam severamente as condições de trabalho que encontravam. Em uma edição do jornal *La Battaglia*, de 1904, vemos as seguintes declarações: “a jornada de trabalho, aqui, como em qualquer país, vai de 10 a 13 ou 14 horas por dia; os salários não são melhores do que os da Europa, quando se considera que o preço dos gêneros e da moradia é aqui mais alto” (RISTORI, Orestes, apud DULLES, 1977, p. 20).

É importante destacar que, como a sindicalização era uma atividade completamente ilícita, os poucos registros desses primeiros sindicatos brasileiros estão nos autos policiais ou nos jornais que eles editavam. Podemos citar como exemplos, além do *La Battaglia* em italiano, *O livre Pensador*, *O amigo do Povo*, *A terra Livre* e *A Plebe*, em português. A chamada imprensa operária era particularmente numerosa no Rio e em São Paulo, carregava a divisa “Proletários de todos os países, uni-vos” e tinha como caráter principal o anticlericalismo, a propaganda sindicalista e a luta por melhorias nas condições de trabalho. Como se presume de anarquistas, essas produções eram feitas com auxílio de recursos pessoais doados por outros trabalhadores,

³ As estatísticas usadas sobre o período do movimento operário vêm de: DULES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977 (1973).



organizada em pequenas redes de escritores e editores, que trocavam informações e textos constantemente.

Várias figuras importantes desse contexto, como Edgar Leuenroth, Neno Vasco e Everardo Dias circulavam constantemente de um jornal a outro, adequados à precariedade do trabalho na época (que os forçava constantemente para outras localidades) e também à censura e à repressão policial sobre as organizações operárias. Com isso, os próprios jornais não tinham regularidade: “dificuldades financeiras e diligências policiais garantiriam vida breve para a maioria desses periódicos, ou temporárias interrupções na publicação dos mais bem sucedidos” (DULLES, 1977, p. 23).

À medida que o país foi se industrializando, as organizações proletárias da época foram crescendo, se espalhando e ganhando novos adeptos brasileiros. Esse processo culminou em duas importantes ondas de greve. A primeira onda, entre 1901 e 1908, tinha como principal bandeira a jornada de trabalho de oito horas por dia e teve como auge a greve geral no Rio e em São Paulo em 1907, quando conseguiram negociar a queda na carga horária de trabalho de certas categorias. A segunda onda de greves, dessa vez mais contundente e violenta, foi deflagrada entre 1917 e 1919, lutava ainda pela jornada de oito horas, mas também pelo aumento salarial e teve como estopim a alta no preço de gêneros alimentícios básicos, como arroz (41%), feijão (160%), ovos (25%) e milho (33%). O movimento iniciado em 1917 chegou a ter pretensões revolucionárias, animados pelo exemplo da Rússia, e culminou em um 1º de maio fervilhante em 1919 e trouxe – finalmente – a conquista das oito horas em São Paulo.

Esse período marca o auge do anarco-sindicalismo no Brasil, que já a esta época dividia espaço com marxistas e bolchevistas. De 1919 a 1921 os anarquistas e a imprensa operária entraram em franca decadência, marcando o final de uma era nos movimentos operários brasileiros centrada no uso da imprensa.

Ativismo de mídia

Quase cem anos depois dos primeiros operários brasileiros, muitas de suas demandas foram conquistadas, mas para os movimentos sociais de hoje, não há dúvidas: ainda existe muito a ser feito. Uma das características mais irônicas do trabalho na contemporaneidade é sua profunda precarização frente à força de um capitalismo pós-industrial globalizado, que exige cada vez mais do trabalhador e oferece cada vez menos



em troca, capaz de mudar de país mais facilmente do que se mudava de cidade há cem anos.

Em parte devido a isso, o trabalho operário já não centraliza mais as ações de mobilização social como antes. Ainda que não estejam excluídos do processo, eles perderam a “liderança nata” de outros tempos, cedendo lugar a complexas redes de ativistas que se agregam sem uma ideologia centralizada – muito pelo contrário: a ideologia, que antes separava os grevistas (anarquistas de socialistas, leninistas de trotskistas), hoje reúne manifestantes em torno da negação ao “grande Mal”, a globalização neo-liberal hegemônica, e acompanhando de perto sua agenda nas reuniões do G8 e do Fórum Econômico Mundial.

Com isso, a luta global pelas causas ecológicas, a reivindicação de direitos das minorias, o debate sobre democracia, desigualdade social e direitos humanos em tempos de globalização tornaram-se também globalizados e determinantes no ativismo, e isso implica em novas formas de um movimento global se manifestar e agir. Seu lema costuma ser “Por uma outra globalização”, ou às vezes “pensar global, agir local”, no entanto as demandas de cada país os remodelam, como é o “Fora Alca e o FMI” ou “Passe-livre já” no Brasil, refletindo a descentralização desses movimentos.

Um dos elementos que diferencia a abordagem das manifestações das redes de ativismo contemporâneas é intenção clara em publicizar suas ações. Há uma valorização do uso de meios de comunicação como ocorria no caso da imprensa operária da República Velha, mas agora muito mais dinâmica e ampla, como é de se esperar na era da informação.

As táticas do ativismo de mídia hoje fazem uso de veículos tradicionais de comunicação, como jornais e panfletos, mas em grande parte migram para a Internet devido ao seu baixo custo de produção e sua reprodutibilidade virtualmente ilimitada. Nesse caso, elas assumem formas muito diferentes: versões digitais de panfletos e jornais; a criação de fóruns de discussão e listas e correntes de e-mail; as “ocupações” virtuais (*sit-ins*) com intuito de bloquear acesso e derrubar servidores; o chamado hacktivismo, com invasão de sites oficiais e ataques a dados de corporações; e a formação de verdadeiras ferramentas de mobilizações de recursos para as mais diferentes formas de práticas de ativismo que envolvem de alguma forma mediação ou mídia, em que o importante é a inovação.

Um exemplo disso foram as manifestações Gênova, em 2001.

Em Gênova, as mais sofisticadas técnicas de controle da mídia explodiram. Todo jovem tinha uma câmera. Inflação de fotografia, inflação de corpos e de singularidades, inflação de crueldade e estupidez. [...] Eis, pois, uma multidão de fotografias que se revelavam uma arma mais afiada que um cassete transformado em instrumento de tortura (NEGRI, 2002, p. 100).

No caso do Brasil, o destaque central fica por conta da realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, como forma de estabelecer uma contrapartida ao Fórum Econômico Mundial, em Davos. Outro exemplo fica pela série de manifestações contra a Alca e o FMI por todo o Brasil, que marcou a fundação do Centro de Mídia Independente no Brasil também em 2001 e, com a mudança da política externa do governo brasileiro nas gestões do presidente Lula, o fator agregador passou a ser a luta pelo Passe-Livre.

A produção de mídia relativa a esses ativistas pode ser abordada sob duas perspectivas: alguns a chamam de mídia alternativa, e outros oferecem a noção de mídia tática para compreendê-las. Genericamente, podemos considerar as principais características dessas mídias como:

primeiro, elas são gerenciadas e pertencem a grupos independentes; segundo, elas articulam pontos de vista que são em algum sentido dissonantes daqueles das mídias mais abrangentes; e terceiro, elas estimulam conexões horizontais entre seu público⁴ (MEIKLE, 2002, p. 60).

Conceitualmente, escolhemos evitar o termo mídia alternativa, pois este já está repleto de vícios e contradições sobre a alteridade que se estabelece, esvaziando seu sentido. O conceito de mídia tática desenvolvido por Geert Lovink e David Garcia, por outro lado, nos parece mais funcional, já que inclui as características dessa prática de mídia descrita e ainda a oferece uma abertura de possibilidades para um contexto de inovação tecnológica.

A intenção das mídias táticas, nesse sentido, é “intervir na cultura de massa” sem dever necessariamente se comprometer com o sistema⁵ (LOVINK & SCHNEIDER, 2003, online), ou seja, eles procuram explorar o potencial criativo e independente que as tecnologias informacionais de comunicação possibilitam e que, em função de uma lógica de mercado, é usado pelas corporações de mídia como forma de controle social. Além disso, o termo tático tem como referência para sua criação o

⁴ “[...] first, they are independently owned and managed; second, they articulate viewpoints which are in some sense dissonant from those of the wider media; and third, they foster horizontal linkages between their audiences [...]”.

Todas as traduções com original citadas em nota são nossas.

⁵ “[...] intervenir dans la ‘culture de masse’ sans devoir nécessairement se compromettre avec le ‘système’.”



conceito de tática de Michel de Certeau, e nos oferece uma maior coerência conceitual, como veremos a seguir.

Questão do uso: táticas e estratégias

O processo que leva ao uso da mídia por camadas da sociedade que estão tradicionalmente excluídas da produção e relegadas à recepção envolve um complexo de apropriações que leva ao desenvolvimento do próprio meio de comunicação com um novo esquema de formas discursivas e outros tipos de referências simbólicas.

O trabalho de Michel de Certeau, nesse sentido procura explicar essa apropriação a partir de consumo e recepção diferenciados dos propostos inicialmente.

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 1994, p. 39).

Essa outra produção apresentada pelo autor francês faz parte do domínio das relações cotidianas entre pessoas comuns e o “espaço organizado pelas técnicas da produção social” (op. cit., p. 41). Esse espaço se define por formas de dominação sócio-cultural na sociedade capitalista que se desenvolvem sobre tensões sociais oferecendo um equilíbrio simbólico que reifica o poder e a razão do “forte” sobre o “fraco”.

Essas maneiras de usar os elementos simbólicos das forças dominantes em uma produção de sentido contrária a essas forças definem assim uma série de “engenhosidades do fraco para tirar proveito do forte, [que] vão desembocar então em uma politização do cotidiano” (op. cit., p. 45).

Para definir essa territorialidade do “forte” em contraposição à momentaneidade do “fraco”, Certeau usa os conceitos de estratégia e tática, respectivamente.

A estratégia “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 1994, p. 46). As instituições, definições subjetivas como nacionalidade, classe econômica e as disposições de organização social atuam na ordem da estratégia.

A tática, ao contrário, opera com “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como uma totalidade

visível. A tática só tem por lugar o do outro” (idem). Ela se insinua temporariamente em espaços vazios deixados pela estratégia, joga sempre com momentos oportunos para dar seus golpes e não dispõe de bases onde pode capitalizar seus proveitos.

Apesar de serem propostos em favor de uma pesquisa sobre a sociedade urbana francesa em meados da década de 1980, é notável nesses conceitos que eles propositadamente servem a diferentes períodos na modernidade, sendo possível reconhecer práticas de ordem tática em estudos históricos desde a metade do século XVIII. Nesse aspecto, não é problema tomá-los como referências de análises de práticas apropriação de mídia nos dois momentos históricos em questão.

Conceitualmente, é importante destacar que o processo de uso dos meios de comunicação a que nos referimos aqui difere do que apresenta Certeau. Para ele, o conceito de uso se refere a uma abordagem teórica diferente do processo de consumo e recepção, deslocando o termo consumidor, considerado insatisfatório, para o termo usuário. O conceito de uso a que queremos no referir aqui se aproxima mais do proposto por John B. Thompson:

O uso dos meios técnicos também altera as condições de espaço e tempo sob as quais os indivíduos exercem o poder. [...] O uso dos meios técnicos dá aos indivíduos novas maneiras de organizar e controlar o espaço tempo, e novas maneiras de usar o tempo e o espaço para os próprios fins (THOMPSON, 1998, p. 29).

Portanto, no sentido que queremos dar à noção de uso neste trabalho, não podemos deixar de levar em consideração que ela apresenta em larga medida uma etapa em que a apropriação deixa de ser uma recepção ativa, uma tática silenciosa de reação ao poder simbólico dominante, e passa a se constituir em elementos próprios que definem uma certa territorialidade, e portanto em um certo nível de ordem estratégica.

Por outro lado, Thompson destaca que o processo de apropriação de linguagem é claramente tático. “O domínio destas regras e procedimentos não exige necessariamente a capacidade de os formular de modo claro e explícito; apenas a habilidade de usá-los na prática, saber como continuar” (THOMPSON, 1998, p. 29).

Sendo assim, essa territorialidade do uso ainda guarda elementos de linguagem táticos importantes e, além disso, se constitui fundamentalmente como uma formulação de contra-poder, não podendo ser chamada igualmente de estratégia. Acreditamos que os movimentos sociais se constituem como uma forma mista em relação aos conceitos de tática e estratégia de Michel de Certeau, na condição de se constituírem como uma forma institucionalizada de representação social do domínio da

estratégia (sindicatos, partidos, associações e jornais), apesar de estarem sempre contrapostas às instituições do poder dominante, e talvez exatamente por isso sejam forçados a uma mobilidade e temporalidade características da tática. Nesse sentido, a proposta de um conceito de contra-estratégia pode ser útil para definir essa condição, em que a tática toma componentes de estratégia na sua luta política e ainda assim atua contra a estratégia dominante.

Subjetivação: políticas do cotidiano

O uso dos conceitos citados até aqui para entender o tema do uso e da apropriação toma como ponto chave para a sua compreensão os elementos e subjetivos cotidianos da vida social e cultural. Para que possamos entender de forma coerente o caráter profundamente político desse uso da cultura de mídia, é necessário fazer uso de ferramentas conceituais que também dêem valor a esses elementos cotidianos e subjetivos na sua estruturação. O caso aqui se torna delicado, já que grande parte das teorias sócio-políticas existentes toma como ponto de partida de análise os elementos macro-estruturais, como é o caso do materialismo histórico marxista.

Para evitar essa confusão analítica, se apresenta como uma possível saída, adequada ao nosso referencial teórico elementos da noção de micropolítica elaborada por Felix Guattari, como os conceitos de produção de subjetividade e singularização (ou revolução molecular), exatamente por tratarem a questão política partindo dos elementos cotidianos e subjetivos.

A noção de uma micropolítica se forma a partir da necessidade do autor em compreender o processo de formação de subjetividades na sociedade capitalista através da cultura de massa. No entanto, de acordo com o autor, noções como ideologia, representação, individualidade e identidade não são ferramentas eficientes para compreender esse processo, pois deixam de lado os componentes particulares e dão destaque para estratos supostamente universais da formação da cultura. “A problemática da micropolítica não se situa no nível da representação, mas no nível da produção de subjetividade” (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p. 28).

A produção de subjetividade ou subjetivação, portanto, se definiria como um processo de produção em massa, em que as forças de controle social no capitalismo modelizam coletivamente comportamentos, valores, percepções e as próprias relações sociais.

Essa grande fábrica, essa grande máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiamos, quando nos apaixonamos e assim por diante. Em todo caso, ela pretende garantir uma função hegemônica.

A essa máquina de produção de subjetividade, eu oporia a idéia de que é possível desenvolver modos de subjetivação singulares, aquilo que poderíamos chamar de “processo de singularização” (op. cit., pp. 16-17).

Os processos de singularização se definem por possuírem um aspecto automodelador, em que os esquemas de subjetivação do capitalismo são excluídos. A referência aos elementos oferecidos pelo poder global é recusada, e são propostos seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, nos mais diversos níveis. O grupo social singularizado possui a habilidade de ler sua situação e seu entorno de forma diferenciada e elaborar seu próprio discurso a partir disso.

De acordo com Guattari, “a possibilidade de reapropriação da mídia [...] pode subverter a modelização da subjetividade” (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p. 47). O autor acredita que a autonomização de um grupo em relação à produção de subjetividades dominante garante a ele a capacidade de criar seus próprios códigos sociais, seus próprios enunciados e suas relações sócio-políticas. Ele toma como exemplo as rádios livres francesas, que estavam em destaque na época e eram o caso mais representativo do momento para o processo de apropriação de mídia que tratamos nesse projeto.

As rádios livres, a contestação do sistema de representação política, o questionamento da vida cotidiana, as reações de recusa ao trabalho em sua forma atual são vírus contaminando o corpo social em sua relação com o consumo, com a produção, com o lazer, com os meios de comunicação, com a cultura, e por aí fora. São revoluções moleculares criando mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais. (op. cit., p. 46)

Esses conceitos elaborados por Guattari apresentam elementos de análise e compreensão sólidos e úteis para entendermos o processo de apropriação de mídia como algo profundamente político dentro de instâncias subjetivas que atuam no cotidiano da sociedade, antes de qualquer determinação ideológica dos movimentos sociais, e nesse sentido são fundamentais para definir um olhar de pesquisa sobre a temática da contestação política por meio da mídia.

Lutas biopolíticas

Apesar de os elementos cotidianos serem fundamentais, é necessário, contudo, dar a devida dimensão histórico-social dos movimentos sociais. Para tanto, devemos partir em busca dos conceitos que compreendam de maneira satisfatória sujeitos sociais e a cena das lutas políticas em estudo.

O conceito de biopoder, de Michel Foucault, nos oferece modos de observar as forças dominantes da sociedade em relação direta com o indivíduo e seu próprio corpo em diferentes momentos históricos, garantindo dessa forma um componente analítico capaz de entender os elementos micropolíticos que queremos ressaltar em relação a situações que afetam a sociedade como um todo, e dessa forma construindo um quadro geral dessas lutas políticas envolvidas na apropriação de mídia.

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo. (FOUCAULT, 1988, p. 131)

Nesse sentido, podemos entender ainda a produção de subjetividade por parte do biopoder como uma produção biopolítica da sociedade, já que esta vai além de gerar apenas os elementos mentais desse sujeito para produzir o próprio corpo.

Um bom exemplo disso é encontrado em meio à imprensa operária: “toda a extraordinária movimentação que se desenvolveu no seio do operariado brasileiro, do final do século [XIX] até as duas primeiras décadas do [século XX] foi marcada pela presença do operário gráfico” (FERREIRA, 1978, p. 109). Isso se deve ao fato de que o operário gráfico era alfabetizado por uma necessidade de produção do sistema capitalista, e em consequência ele tinha contato direto com a produção intelectual da época.

Podemos dizer que o operário, enquanto classe social, é determinado biopoliticamente através das condições do modo de produção taylorista-fordista – serializado, hierarquizado e, principalmente, massificado. Essa massificação da produção tem como consequência a equivalente massificação do consumo e modelização do corpo e da alma na esfera social, traduzíveis nas lutas políticas em forma de conceitos como mobilização de massas e lutas de classes, de acordo com um vocabulário marxista.

No entanto, se no caso dos operários é possível falar em movimentos de classes sociais com orientação política socialista ou anarquista, no caso das redes de

ativismo contemporâneo isso já não é possível: elas se formam a partir de uma multiplicidade de classes, de ideologias e origens culturais que impossibilitam tratá-los como grupos homogêneos.

Isso se deve em grande parte às transformações – mais uma vez de ordem biopolítica – na sociedade contemporânea. O processo de globalização, tanto em termos econômicos, a partir da introdução de mais países à economia de mercado e do surgimento de um novo modo de produção baseado nos saberes colaborativos e na comunicação (o chamado pós-fordismo ou toyotismo); quanto em termos sócio-culturais, a partir dos avanços nas telecomunicações e nos transportes aéreos e a maior interação entre diferentes culturas geram sujeitos sociais muito mais disformes, ainda que sob a égide de um biopoder.

Para solucionar esse impasse, Michael Hardt e Antonio Negri propõem o conceito de multidão, que serve para definir o sujeito social do ativismo de mídia.

A multidão é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares. (HARDT & NEGRI, 2005, p. 12)

O conceito de multidão, em contraste com o povo, não se define pelos limites de uma representatividade política relativa ao Estado-nação, e sim ultrapassa essas barreiras, constituindo-se globalmente a partir de interesses locais. Desta forma, a representatividade da multidão só pode ser entendida através de um contexto biopolítico de lutas políticas. A multidão se diferencia também das massas por ser capaz de conter as diferenças de sujeitos sociais, enquanto que as massas formam um aglomerado indistinto e uniforme. Finalmente, o conceito de multidão se distingue do de classe operária por conter diferentes tipos de trabalhadores, e não apenas os trabalhadores industriais.

Essa multidão constitui o ativismo dos dias de hoje, formando redes que fazem uso das tecnologias informacionais de comunicação como forma de se articular em torno de táticas de ação direta como protestos, encenações e bloqueios para combater as reuniões dos altos escalões de grupos internacionais como a OMC e o G8. As causas dessas redes variam muito, e vão desde grupos anarquistas como os Black Blocks a ecologistas e ONGs de defesa dos direitos humanos.

Análise dos movimentos

Tendo em vista as diferenças entre sujeitos sociais e o desafio proposto de analisar as questões sócio-políticas sob uma perspectiva que valoriza mais os elementos cotidianos, é imprescindível que essa abordagem metodológica seja mantida na análise dos movimentos sociais em questão. Nossa opção, nesse sentido, se direciona para procedimentos que valorizam menos os aspectos ideológicos em questão e mais as características elementares dos movimentos, elencados a seguir.

A metodologia de análise de “litígios políticos”, de Sidney Tarrow, também utilizada por Maria da Glória Gohn, nos oferece uma perspectiva satisfatoriamente criteriosa sobre a categoria de movimento (construídos a partir de problemas sociais, em função de questões de conjuntura, de orientação ideológica etc.) e forma de organização (sindicatos, ONGs, partidos políticos, associações de bairro etc.). O trabalho de Gohn nos oferece ainda um método de dimensionar as fases de um movimento a partir de uma avaliação de seu tempo de duração, número de participantes e alcance na opinião pública.

Como o ativismo de mídia e a imprensa operária organizam-se em rede, outra abordagem interessante é o sistema de análise de redes sociais elaborado por Arquilla e Ronfeldt, que se fundamenta em cinco níveis:

nível organizacional – seu *design* organizacional; nível narrativo – a história sendo contada; nível doutrinário – métodos e estratégias colaborativas; nível tecnológico – os sistemas de informação em uso; nível social – os elos pessoais que asseguram lealdade e confiança⁶ (ARQUILLA & RONFELDT, 2003, online).

Para nossa análise, no entanto, os cinco níveis não possuem a mesma relevância. Interessa-nos mais os modelos de tipos de rede (com ou sem eixos centrais ou *hubs*, em estrela, lineares, totalmente conectadas ou *all-channel*, ou ainda redes híbridas, que contêm características de mais de um tipo de rede), para determinar o grau de independência e colaboração dos grupos nos dois casos.

Em seguida, o enfoque fica para os níveis social e doutrinário, para trazer mais informações sobre os sujeitos que se apropriam da mídia para nossa pesquisa. As fontes, nesse caso, devem ser atas de reunião dos movimentos e expedientes de jornais e *sites*, bem como biografias no caso dos anarquistas e entrevistas no caso dos ativistas de

⁶ “Organizational level - its organizational design; narrative level - the story being told; doctrinal level - the collaborative strategies and methods; technological level - the information systems in use; social level - the personal ties that assure loyalty and trust”.

mídia. Os demais níveis deverão ser dados pelo método de Gohn e Tarrow com mais facilidade, e portanto serão estruturados fora deste esquema.

Ambas as metodologias apresentadas até aqui oferecem vias de investigar e categorizar as táticas utilizadas por redes e movimentos sociais. Particularmente para nossa pesquisa, que está voltada para o uso de mídia nos movimentos sociais, muitas delas não se mostram úteis, já que privilegiam métodos tradicionais como greves, sabotagens, boicotes ou passeatas.

Portanto, a terceira referência que tomaremos para a análise dos movimentos será a categorização dos tipos de uso de mídia apresentadas por Graham Meikle, que vão desde abaixo-assinados e correntes de e-mail, passando pelos mais tradicionais como produção de jornais, páginas da *Web*, ou programas de rádio até a organização de *sit-ins* virtuais (conhecidos como *floodnet*), produção de jogos eletrônicos e intervenção em *outdoors*. O método de Meikle está mais voltado para o ativismo de mídia contemporâneo, e privilegia, é claro, táticas contemporâneas, o que não exclui de qualquer forma uso de mídias mais tradicionais como a imprensa.

Resumidamente, acreditamos que o método mais funcional para nossa pesquisa se estrutura em seis tópicos: histórico e/ou narrativo, categoria de movimento, forma de organização, design de rede, táticas utilizadas e sujeitos produtores. Os três primeiros serão baseados nos métodos de Tarrow e Gohn, o quarto a partir do sistema de Arquilla e Ronfeldt, o quinto partirá de Meikle, e o último se baseará em entrevistas, biografias, relatos de reuniões e pesquisas históricas, usando como ferramentas conceituais a multidão e a produção biopolítica em favor de uma singularização.

Considerações finais

Acreditamos que a análise da apropriação e do uso da mídia por movimentos sociais, em última instância, pode ser capaz de trazer novas percepções sobre como essas tecnologias de comunicação se envolvem com parcelas da sociedade que tradicionalmente estão excluídas do processo de produção. Para tanto, é importante estabelecer parâmetros teóricos que compreendam todo esse processo, que vai do consumo cotidiano dos produtos midiáticos até a criação do próprio meio de produção de mídia fora dos esquemas tradicionais. Toda a fundamentação teórica desse trabalho procurou tomar como base a uma perspectiva conceitual que privilegia a subjetividade e os aspectos cotidianos do uso de mídia pelos movimentos sociais, mesmo em relação aos quadros políticos de maior amplitude.



Nossa aposta, desde já, é que a análise da apropriação de mídia por movimentos sociais em uma dimensão histórica é capaz de revelar o que, ao contrário do que os ativistas de mídia festejam, não é essencialmente nova, mas sim uma manifestação de elementos presentes na cultura política de nossa sociedade há mais tempo do que se supunha. Isso não invalida, de qualquer forma, a importância desse tipo de prática que se destaca pela capacidade de mobilização social e agregação de saberes e conhecimento em favor da sociedade (na maioria dos casos).

A elaboração teórica preliminar que discutimos aqui teve o propósito de tentar considerar a importância dessas práticas sem se deixar levar pelo otimismo ou pela descrença preconceituosa que protagonizam os estudos sobre o uso de mídia por movimentos sociais.

Referências

- ARQUILLA, John & RONFELDT, David. *Networks, netwars and the fight for the future*. Texto disponível em: <www.firstmonday.org/issues/issue6_10/ronfeldt/index.html>, acesso em 2003;
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994 [1980];
- DULES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977 [1973];
- FERREIRA, Maria Nazaré. *A imprensa operária no Brasil – 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978;
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005;
- . *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988 [1976];
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986;
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Multidão*. São Paulo: Record, 2005;
- LOVINK, Geert & SCHNEIDER, Florian. *Un monde virtuel est possible*. Texto acessado em: <www.multitudes.net>, 2003;
- MEIKLE, Graham. *Future active: media activism and the Internet*. New York: Routledge, 2002;
- NEGRI, Antonio. Assim começou o fim do Império. In: COCCO, Giuseppe & HOPTEIN, Graciela (orgs.). *As multidões e o império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DPA&A, 2002, pp. 95-106;
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.